

A farsa da democracia social

JOÃO POMBO BARILE

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos esteve esta semana em Belo Horizonte. Na visita que durou três dias, o pesquisador realizou uma conferência na UFMG, teve encontros com lideranças dos movimentos sociais e visitou o Núcleo de Mediação e Cidadania do Aglomerado Santa Lúcia.

Um dos mais respeitados sociólogos da atualidade, Boaventura esteve no Brasil pela primeira vez, ainda no começo da década de 1970, quando viveu por seis meses numa favela do Rio de Janeiro. A experiência resultou no seu doutorado defendido nos Estados Unidos. “Lembro-me do grande preconceito que tive que enfrentar na época em que escrevi o trabalho”, revela Boaventura. Professor das universidades de Coimbra, em Portugal, e de Wisconsin- Madison, nos Estados Unidos, Boaventura tem trabalhos publicados sobre globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos.

Durante um intervalo na sua intensa agenda, Boaventura conversou com O TEMPO. Na entrevista, falou sobre o processo de privatização do ensino superior e sobre a reforma universitária. Na semana em que o racismo esteve presente nas manchetes dos jornais – com o presidente Lula pedindo desculpas publicamente pela escravidão durante sua viagem à África e com um jogador de futebol argentino preso depois de ofender um atleta do São Paulo –, o sociólogo atacou a grande farsa da democracia racial brasileira e defendeu veementemente a adoção de cotas para negros. “O Brasil é uma das sociedades mais injustas do planeta”. Confira os principais trechos da entrevista:

O TEMPO – Durante sua conferência na UFMG, o senhor frisou a necessidade das cotas para os negros na universidade. Qual a importância das cotas?

Boaventura de Souza Santos – Eu penso que ela é fundamental num país que nunca quis admitir que é racista, mas possui uma sociedade racista. Se alguém, em minhas discussões quer botar em questão a necessidade dessas cotas, bastava que me acompanhasse na favela de Santa Lúcia, onde estive hoje: à medida que a gente desce na qualidade das habitações, escurece a pele. Portanto, é uma sociedade racista que tem que se assumir como tal. Este país tem uma dívida social. Como se resolve isso? Com distribuição de renda, pura e simplesmente. Por isso, justificam-se as cotas como um sistema emergencial.

As universidades brasileiras resistem à idéia das cotas?

Uma resistência que, confesso, me deixa perplexo. Por outro lado, parte da universidade brasileira começa a assumir que esta é uma sociedade racialmente injusta. Já ninguém faz o argumento da democracia racial. Portanto, há uma fase de transição das mentalidades. De alguma maneira, no fundo, a mentalidade continuará a ser racista.

Quais são os argumentos contra as cotas?

As pessoas dizem várias coisas: uma delas é que as cotas vão pôr em causa a qualidade das universidades. A segunda é dizer que não é aplicável porque o país é muito miscigenado e, portanto, já não sabe quem é negro, quem é branco. E, por último, é que a própria comunidade negra está dividida e que, portanto, muita gente negra não quer cotas. Ora, isso são argumentos standards, em todos os países que aplicaram as cotas, nós encontramos essas formas de resistência que resultam de conflitos internos, na subjetividade dos brancos, que não querem assumir uma situação totalmente. Por exemplo: a idéia de que a sociedade tem que ser intercultural, em que todos temos que nos dar bem.

Se vamos assumir as cotas, estão assumindo que, no fundo, não estamos nos dando bem, que somos inimigos uns dos outros. E isso é extremamente ameaçador para alguns. Quando penso que é exatamente o contrário: as cotas são uma forma de solidariedade institucionalizada. Não é uma forma de hostilidade social. Até porque ela não é vista como uma coisa de caráter permanente. É um mecanismo corretor que visa dar igual oportunidade. A posição que vejo na academia brasileira é de extrema ambiguidade. Muitos professores, mais progressistas, são

definitivamente a favor das cotas. Outros vão pondo em questão. Dizem que haverá outros mecanismos mais eficazes do que as cotas: mencionam os cursos noturnos, os cursos de vestibular... Mas nada disso é, no meu entender, convincente.

Não penso que as cotas resolvam todos os problemas, mas é evidente que elas têm, para além de sua eficácia instrumental, eficácia simbólica: se assume publicamente que há uma dívida colonial nesta sociedade. Enquanto a sociedade não agir, de nada adianta, por exemplo, o presidente Lula ir à África e vestir-se com a roupa dos escravos. É espetáculo. É farsa, se ele depois não assumir internamente sua dívida colonial. E a dívida colonial está em dar oportunidade à população negra e indígena, uma que foi vítima de escravatura e outra de genocídio. O Brasil tem atrás de si toda uma história, que vai contra assumir essas questões. Hoje há muito comportamento racista dentro da universidade. Há muito livro racista.

O Brasil vive a hora da verdade....

Um momento positivo, mas dramático. Não estou a dizer isso com má intenção. Houve, naturalmente, grandes sociólogos que chamaram a atenção. O próprio Florestan Fernandes foi um dos primeiros a apontar para essa questão. Mas mesmo o trabalho dele tem que ser revisto hoje. Para não falar dos outros que passaram, pura e simplesmente, por cima da questão racial ou que a viram como totalmente resolvida como foi o caso de Gilberto Freyre. Portanto, acho que as cotas são o princípio de uma luta e, não, o fim dela.

Ainda durante a conferência, o senhor chamou atenção para os perigos que corre uma sociedade quando a universidade pública perde espaço para o ensino privado. A modernização da universidade deve, ou não, levar em conta o mercado?

Não há nenhuma razão para se pensar que hoje essa modernização não pode se dar fora dos imperativos do mercado. É evidente que tem que haver uma política pública. A universidade é um bem público e tem que ser assumida como uma prioridade dos Estados nacionais. Caminhamos para uma sociedade de informação, para uma economia baseada no conhecimento e, neste momento, o que está em disputa é saber quem vai produzir esse conhecimento. Há uma grande pressão dos países centrais, mais desenvolvidos, de que são as suas universidades, transformadas em universidades globais, que vão produzir o conhecimento para o resto do mundo. E que, portanto, as universidades dos países periféricos vão funcionar em sistema de franquias. O que significa que perdem autonomia de definirem os seus projetos de pesquisa. Que perdem autonomia de realizar a ciência que corresponda às necessidades do país. Mas as necessidades específicas do país vão continuar. Obviamente que a alternativa ao mercado é uma política pública.

É impossível o ensino universitário privado ter autonomia?

A universidade deve ser um espaço público onde se possa pensar as relações de médio e longo prazos. Ora, as relações de mercado não se compadecem com o médio e longo prazos, já que as relações mercantis necessitam de retorno rápido. As empresas universitárias são empresas que têm que dar lucro ao final do ano. Portanto, tudo tem que ser posto nesse nível. Hoje, em muitas universidades privadas, além da proletarização de muitos professores, há uma enorme pressão para calcular o tipo de avaliação que os professores fazem dos alunos. Se são demasiadamente exigentes, eles são reprimidos. Portanto, não têm autonomia. Por quê? Porque a universidade não pode, sendo privada como um negócio, chegar à conclusão de que os seus consumidores não são bem servidos. E o que é ser bem servido? É ter um diploma rapidamente. Mesmo que seja um diploma lixo. As relações mercantis acabarão por subverter o que é o espaço público universitário.

Em que se transformaria a universidade, caso a lógica mercantil prevaleça?

Essas universidades globais funcionam com base em princípios de relações, por exemplo, entre professores e alunos muito diferentes do que ocorre hoje. Eles são adeptos de que a educação presencial seja cada vez menos significativa. Portanto, todo o ensino será, a prazo, on-line ou com momentos de presencialidade fugazes. Além disso, para essas universidades não interessa a formação de caráter, além daquilo que é exigido pela lógica do mercado: a relação deve ser mercantil entre professor e aluno. Por exemplo: como são avaliados os

cursos, os professores, os estudantes? Tudo isso pode ser objeto de patenteamento. Sistemas do tipo MBA que se quer expandir. Qual é o grande erro disso? Ora, nós queremos formar cidadãos. Hoje o grande desafio da universidade é democratizar-se. Formar as elites, mas ampliar as elites. Aquilo que seja um conhecimento de elite, um conhecimento sofisticado, mas que esteja democratizado. Isso exige uma universidade que esteja sensibilizada com os problemas do país.

Reforma universitária pode ser projeto de país

O TEMPO – O senhor tem acompanhado a reforma universitária brasileira? O que pensa dela?

Boaventura de Souza Santos – Sou favorável à reforma universitária proposta pelo governo. Num país como o Brasil, que teve um desenvolvimento selvagem do setor privado, a reforma deve incluir os temas de inclusão social e, portanto, temas como a ação afirmativa devem ser fundamentais. A reforma deve estar assentada na responsabilidade social da universidade através da criação de conselhos que ampliem o seu espaço público e deve-se procurar formas de democracia interna dentro da instituição, inclusive dentro das universidades privadas, para se mostrar claramente que o sistema, mesmo quando é privado, produz um bem público. E, como tal, deve ser regulado com princípios de democracia, com responsabilidade social.

A reforma universitária brasileira contempla tudo isso?

É uma das reformas mais progressistas que eu conheço no mundo. Tenho acompanhado vários sistemas de reforma. E é talvez onde eu vejo maior coincidência entre o programa do PT, antes de chegar ao governo, e o seu desempenho como governo. Portanto, os princípios gerais do programa do PT estão na reforma. Ainda dá tempo de estabelecer um projeto de país através da reforma universitária.

Quais são as grandes dificuldades de sua implementação?

Há muita resistência, naturalmente, dentro das próprias universidades públicas, onde está, por vezes, instalada alguma inércia, algum privilégio que se tem medo de perder. Por outro lado, o sistema privado universitário tem muito poder político no Brasil, muito mais do que poder intelectual, do que produz nas universidades. Esse poder político vai fazer tudo para que a reforma seja descaracterizada e que não haja realmente uma regulação social.

Na palestra, o senhor também afirmou o erro em divorciar a universidade do ensino médio. Essa foi mesmo a maior armadilha em que a universidade caiu?

Acho que foi um erro tremendo. Houve um tempo em que a universidade esteve, mundialmente, ligada aos ensinos médio e fundamental. Depois ela foi separada pela criação de escolas superiores de educação e pela emergência de um grande mercado de formação de professores. Sou adepto de que, a longo prazo, nós devíamos provavelmente fundir os vários graus de ensino: isto é, eles são uma sequência normal, que, aliás, não vai terminar com a universidade, que vai ser a educação permanente de uma maneira articulada. Penso que a universidade tem todo o interesse em se religar com esses outros graus de ensino porque é aí que, de alguma maneira, ela pode reconquistar sua legitimação. Muitos desses graus estão hoje virados contra a universidade, em muitos países dominados pelo mercado da pedagogia. A pedagogia do ensino médio se transformou num grande mercado global.

O senhor criticou a indicação de Paul Wolfowitz para a presidência do Banco Mundial e afirmou que são grandes as diferenças de funções que o Banco Mundial e o FMI tinham na sua origem e que têm hoje. Qual o papel que o senhor imagina que deva ter o Banco Mundial e o FMI?

Quando eles foram criados, os objetivos fundamentais eram, por um lado, a reconstrução da Europa – naquela altura, não se falava muito em desenvolvimento porque ainda existiam as colônias – e, por outro, a necessidade de se evitar uma grande depressão da economia mundial. O que obrigava a uma grande intervenção do Estado. A partir dos anos 80, eles

mudam completamente e passam a ser os grandes proselitistas do mercado e da diminuição do Estado. Esta foi a grande transformação que se deu nos dois órgãos.

Depois começaram a surgir tensões entre o FMI e o Banco Mundial. Fundamentalmente porque o Banco Mundial tornou-se mais permeável à questão feminina, à questão da participação e à causa ambiental. E o FMI ficou numa posição conservadora, vinculada às orientações do departamento do tesouro. Agora, com a indicação do Paul Wolfowitz, obviamente que elas vão se desintegrar cada vez mais e, no meu entender, elas são hoje totalmente hostis à qualquer forma de desenvolvimento.

No Fórum Social Mundial há uma divergência entre os que pensam que o Banco Mundial possa ser democratizado e aqueles que pensam que ele deve ser eliminado. Eu tenho defendido encontrarmos outra forma de democratizar o Banco. Hoje, depois desta nomeação do Wolfowitz, começo a pensar que o Banco Mundial tem que ser mesmo abolido e que tem que haver uma luta contra a existência dessa instituição. Com gente como Wolfowitz, ela nunca vai realizar seus objetivos.